



Ministério da Educação
Universidade Federal de Pelotas
Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas
Coordenação de Administração de Pessoal

PROGRAMA DE PROVAS
EDITAL CAP 002 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2022

PARTE “A” CONHECIMENTOS GERAIS

PORTUGUÊS

1. Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados.
2. Tipos de discurso.
3. Reconhecimento de tipos e gêneros textuais.
4. Sinonímia, antonímia, homonímia, paronímia, polissemia, denotação e conotação.
5. Ambiguidade.
6. Pressupostos e subentendidos.
7. Figuras de linguagem.
8. Fonologia.
9. Ortografia oficial.
10. Acentuação gráfica.
11. Classes de palavras e suas especificidades.
12. Flexão nominal e verbal.
13. Emprego de tempo e modos verbais.
14. Vozes do verbo.
15. Função sintática dos termos da oração.
16. Coordenação e subordinação: emprego das conjunções, locuções conjuntivas, pronomes relativos.
17. Uso dos porquês.
18. Concordância verbal e nominal.
19. Regência verbal e nominal.
20. Crase.
21. Pontuação.
22. Coesão e Coerência textuais.
23. Paralelismo sintático e semântico.

Bibliografia sugerida:

CEGALLA, Domingos Paschoal. *Novíssima Gramática da Língua Portuguesa*. 48. Ed. São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 2010.

CUNHA, C. & CINTRA, L. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. 6ª Ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2013.

Dicionário Houaiss Conciso/Instituto Antônio Houaiss. Organizador/Editor responsável Mauro de Salles Villar. São Paulo: Moderna, 2001.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *O dicionário da Língua Portuguesa*. Curitiba: Ed. Positivo, 2008.

FIORIN, José Luiz, SAVIOLI, Francisco Platão. *Lições de texto: leitura e redação*. 2ª Ed. São Paulo: Ática, 1997.

VALENÇA, Ana; CARDOSO, Denise P.; VIANA, Antônio C.; MACHADO, Sônia M. *Roteiro de Redação: lendo e argumentando*. São Paulo: Scipione, 1998.

1. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988:
 - a) Dos Direitos e Garantias Fundamentais: arts. 5 a 17.
 - b) Da Administração pública: arts. 37 e 38.
 - c) Dos servidores Públicos: arts. 39 a 41.
2. Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.
3. Lei nº 11.091 de 12 de janeiro de 2005. Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação.
4. Lei nº 8027 de 12 de abril de 1990. Dispõe sobre normas de conduta dos servidores públicos civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas, e dá outras providências.
5. Decreto nº 1.171 de 22 de junho de 1994. Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal.
6. Decreto n.º 6.029, de 1.º de fevereiro de 2007. Institui Sistema de Gestão da Ética do Poder Executivo Federal, e dá outras providências.
7. Lei nº 9.784 de 29 de janeiro de 1999. Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.
8. Decreto nº 9.991 de 28 de agosto de 2019. Institui a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e regulamenta dispositivos da Lei n o 8.112, de 11 de dezembro de 1990.
9. Lei nº 12.527 de 18 de novembro de 2011.
10. Decreto-Lei 2848 de 07 de dezembro de 1940. Código Penal:
 - a) Dos Crimes contra a Administração Pública: art.s 312 a 337-A.

**Serão consideradas atualizações ocorridas até a data de publicação do edital.*

Bibliografia sugerida:

Legislação disponível nos sites www.planalto.gov.br e www.presidencia.gov.br

PARTE “B” CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS/ÁREA
ENFERMEIRO

1. Bioética;
2. Ética profissional; Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem;
3. Exercício Profissional: Lei nº 7.498/1986 – Regulamentação do exercício profissional; Decreto nº 94.406/1987;
4. Políticas Públicas de Saúde;
5. Saúde ocupacional e biossegurança em ambiente hospitalar;
6. Técnicas e procedimentos de enfermagem;
7. Processo de enfermagem e Sistematização da Assistência de Enfermagem;
8. Atuação do enfermeiro em Centro de Material e Esterilização;
9. Atuação do enfermeiro no serviço de Controle de Infecção Hospitalar;
10. Assistência de enfermagem na promoção, prevenção e reabilitação do paciente;
11. Assistência de enfermagem a paciente no âmbito ambulatorial: consulta de enfermagem e visita domiciliar;
12. Assistência de enfermagem ao paciente no período pré-operatório, transoperatório e no pósoperatório;
13. Assistência de enfermagem ao paciente com afecções cardiovasculares, respiratórias, gastroenterológicas, renais, hematológicas, endocrinológicas, neurológicas, musculoesqueléticas e oncológicas;
14. Assistência de enfermagem aos pacientes com afecções infectocontagiosas;
15. Assistência de enfermagem ao paciente com feridas;
16. Suporte nutricional: assistência de enfermagem ao paciente com terapia enteral e parenteral;
17. Assistência de enfermagem ao paciente adulto e pediátrico em situação de urgência e emergência;
18. Assistência de enfermagem à criança e ao adolescente sadios e com doenças agudas e crônicas;
19. Assistência de enfermagem à gestante sadia e de alto risco;
20. Assistência de enfermagem à saúde do adulto e idoso;
21. Assistência de enfermagem em saúde mental e emergências psiquiátricas;
22. Administração nos serviços de enfermagem: funções administrativas, organização dos serviços de enfermagem, gestão de pessoas e gestão de recursos materiais em saúde;
23. Relacionamento do enfermeiro com paciente, família, grupos e equipe de trabalho (enfermagem, multiprofissional, interdisciplinar);
24. Vigilância epidemiológica em saúde;
25. O enfermeiro e a segurança do paciente nos serviços de saúde.

Bibliografia Sugerida:

ALFARO-LEFEVRE, R. Aplicação do processo de enfermagem. Porto Alegre: Artmed, 2010.

ALMEIDA, F. A.; SABATÉS, A. L. (Orgs.). Enfermagem pediátrica: a criança, o adolescente e sua família no

PARTE “B” CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS/ÁREA

ENFERMEIRO

hospital. Barueri, SP: Manole; 2008.

AMERICAN HEART ASSOCIATION. Diretrizes da American Heart Association 2015 para RCP e ACE. New York: American Heart Association, 2015.

BARROS, A. L. B. L. Anamnese e Exame Físico: avaliação diagnóstica de enfermagem no adulto. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2016.

BARROS, Sonia Maria Oliveira de. Enfermagem obstétrica e Ginecológica. 2. ed. São Paulo, Roca Ltda. 2009. (4 exemplares).

BICKLEY, L. S. Bates: Propedêutica Médica. 10 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Medidas de Prevenção de Infecção Relacionada à Assistência à Saúde. 21.ed., 20137, 1292p.

BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. Legislação do SUS. Brasília : CONASS, 2003. BRASIL. Ministério da Saúde. Calendário nacional de vacinação 2018. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2018a.

BRASIL. Ministério da Saúde. Atenção ao pré-natal de baixo risco. Série A. Normas e Manuais Técnicos. Cadernos de Atenção Básica, nº32 / Ministério da saúde. Brasília: Ministério da saúde, 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. Política nacional de atenção às urgências / Ministério da Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2003.

BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Atenção Básica. Portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Brasília: Ministério da Saúde, 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. Programa de Humanização no pré-natal e nascimento/Ministério da Saúde. Secretaria Executiva . Reimpressão. Brasília: Ministério da saúde, 2002. Disponível em:

<http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/parto.pdf>

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde da criança: crescimento e desenvolvimento. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2012. (Cadernos de Atenção Básica, nº 33).

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Área Técnica de Saúde da mulher. Pré-natal e puerpério: atenção qualificada e humanizada - manual técnico. Brasília: Ministério da Saúde, 2005.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Manual de vigilância epidemiológica de eventos adversos pós-vacinação. 3. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Manual de Normas e Procedimentos para Vacinação. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

BULECHEK, G.M.; BUTCHER, H.K.; DOCHTERMAN, J. NIC - Classificação das Intervenções de Enfermagem. 5 ed. Elsevier. 2010.

CAMPOS, Gastão Wagner de Sousa; DOMITTI, Ana Carla. Apoio matricial e equipe de referência: uma metodologia para gestão do trabalho interdisciplinar em saúde. Cad. Saúde Pública , Rio de Janeiro, v. 23, n. 2, 2007 .

CAMPOS, Gastão Wagner de Sousa; MINAYO, Maria Cecília de Souza; AKERMAN, Marco; DRUMOND JÚNIOR, Marcos; CARVALHO, Yara Maria de (orgs). Tratado de Saúde Coletiva. São Paulo: Hucitec, 2006.

CARMAGNANI, M.I.S.; FAKIH, F.T.; CANTERAS, L.M.S.; LABBADIA, L.L.; TANAKA, L.H. Procedimentos de enfermagem: guia prático. 2.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016. 332p.

CHEEVER, K.H.; HINKLE, J. L. Brunner & Suddarth. Enfermagem médico-cirúrgica. 13.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2015.

COFEN. Lei Nº 7.498/86 - Dispõe sobre a regulamentação do exercício da Enfermagem e dá outras providências.

COFEN. Resolução COFEN240/2000. Aprova o Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem e dá outras providências.

COFEN. Resolução nº 358 de 2009. Dispõe sobre a Sistematização da Assistência de Enfermagem e a implementação do Processo de Enfermagem em ambientes, públicos ou privados, em que ocorre o cuidado

PARTE “B” CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS/ÁREA

ENFERMEIRO

profissional de Enfermagem, e dá outras providências. Brasília: COFEn, 2009.

COLLET, N.; OLIVEIRA, B. R.; VIEIRA, C. (Orgs.). Manual de enfermagem em pediatria. 2. ed. Goiânia: AB, 2010.

FALCÃO, L.F.R.; COSTA, L.H.D.; AMARAL, J.L.G. Emergências: fundamentos e práticas. São Paulo: Martinari, 2010. 1139p.

FUJIMORI, E.; OHARA, C. (Orgs.). Enfermagem e a saúde da criança na atenção básica. São Paulo: Manole, 2009. HOCKENBERRY, M.J. Wong. Fundamentos de Enfermagem Pediátrica. 9ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014. 1142p. (3 exemplares)

KURCGANT, P. Gerenciamento em enfermagem. 2.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016. 212p.

MALACHIAS, M.V.B.; SOUZA, W.K.S.B.; PLAVNIK, F.L.; RODRIGUES, C.I.S.; BRANDÃO, A.A.; NEVES, M.F.T. et al. 7ª Diretriz brasileira de hipertensão arterial. Arquivos Brasileiros de Cardiologia, Sociedade Brasileira de Cardiologia, Rio de Janeiro, v.107, n.3, supl.3, p. 1-83, 2016.

MARQUIS, B. L.; HUSTON, C. J. Administração e liderança em enfermagem: teoria e aplicação. 4.ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2005. 477p.

MOHALLEN; RODRIGUES. Enfermagem oncológica. Barueri SP: Manole Editora, 2007.

OLIVEIRA, José Egidio Paulo de; FOSS-FREITAS, Maria Cristina; MONTENEGRO JUNIOR, Renan Magalhães; VENCIO, Sérgio (Org.). Diretrizes da Sociedade Brasileira de Diabetes 2017-2018. São Paulo: Editora Clannad, 2017.

PORTO, C. C. Exame Clínico: Bases Para a Prática Médica, 6ª ed. Guanabara Koogan, Rio de Janeiro, 2008.

RIO GRANDE DO SUL. Núcleo de Imunizações/DVE/CEVS/SES. Instrução normativa. Calendário Nacional de Vacinação Adaptatação. 2018.

SOARES, D. C.; CASARIN, S. T. ; THUME, E. Saúde da criança. In: FERREIRA, S. R. S.; PÉRICO, L. A. D.; DIAS, V. R. F. G. (Orgs.). Atuação do enfermeiro na atenção primária à saúde. São Paulo: Atheneu, 2017, v. 01, p. 01-664.

SOBOTTA, J. Atlas de Anatomia Humana (SOBOTTA) – 22. Ed. (2 vol.). Guanabara-Koogan. 2006.

Pelotas, 07 de fevereiro de 2022.